

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

# Concessão do Dmae e revisão do Plano Diretor de Porto Alegre devem ser projetos prioritários em 2025

**Crescimento da oposição no Parlamento trará desafios para aprovação de propostas da prefeitura**

Ana Carolina Stobbe  
ana.stobbe@jcrs.com.br

A Câmara Municipal de Porto Alegre iniciará o ano de 2025 com uma nova configuração. Além da redução no número de cadeiras do Legislativo — que passou de 36 para 35 —, uma das mudanças trazidas nas eleições foi a conquista de um terço dos assentos do Parlamento pela oposição ao prefeito reeleito Sebastião Melo (MDB), que elegeu 12 vereadores. Assim, o Executivo terá desafios para a aprovação de projetos de sua autoria, incluindo as duas principais matérias que devem

tramitar ao longo do ano: a concessão do Departamento Municipal de Águas e Esgotos (Dmae) à iniciativa privada e a revisão do Plano Diretor.

O projeto que trata do Plano Diretor já era para ter chegado ao Legislativo em 2021, visto que as revisões do texto deveriam ser realizadas a cada 10 anos. Entretanto, atrasou devido à pandemia de Covid-19, e apenas no início de 2024 foram eleitos os conselheiros responsáveis por auxiliar na construção do planejamento.

Para a sua aprovação, é necessário obter o voto favorável da maioria absoluta dos vereadores, que é de dois terços mais um. Assim, a prefeitura e a base deverão negociar com a oposição para terem sucesso.

A revisão deverá levar em consideração as enchentes ocorridas em maio na Capital e, de acordo com as propostas de campanha de Melo,



Governo de Sebastião Melo terá 12 vereadores de oposição entre os 35 que integrarão a Câmara de Porto Alegre

poderá trazer a ampliação de parcerias público-privadas e priorizar incentivo construtivo para o Centro Histórico e o 4º Distrito.

Já a concessão dos serviços do Dmae é uma proposta de campanha de Melo que deverá chegar ao Legislativo ainda no primeiro semestre de 2025. A minuta do projeto de lei que recebeu parecer favorável da Procuradoria-Geral do Município não define se a outorga será parcial ou total à iniciativa

privada. No texto, também é proposta uma mudança na composição do conselho da autarquia, que poderá perder o caráter deliberativo e se tornar consultivo.

Caso a matéria inclua a transferência de bens públicos, o projeto também precisará ser costurado com a oposição. Afinal, para isso, a proposta deverá ser de emenda à lei orgânica do município, que necessita de maioria absoluta para aprovação.

No entanto, é possível que a oposição delegue apenas os serviços à iniciativa privada e seja apresentada como um projeto de lei. Nesse segundo caso, é necessário apenas metade dos votos mais um para passar.

Independentemente da formulação do projeto, ele deverá provocar intensos debates entre os vereadores. Afinal, até mesmo membros da base governista divergem em relação à concessão.

## Na Câmara Municipal, oposição promete fiscalizar; centro e direita devem garantir presidência

Quando foi derrotada pelas urnas no segundo turno das eleições deste ano, a candidata à prefeitura de Porto Alegre Maria do Rosário (PT) reforçou o caráter fiscalizador que a oposição deverá exercer no Legislativo ao longo da próxima gestão do prefeito reeleito Sebastião Melo (MDB). O bloco de oposição cresceu em relação à última legislatura, conquistando um terço das vagas do Parlamento.

A promessa foi reafirmada pelo atual líder da oposição, Roberto

Robaina (PSOL), em entrevista à reportagem: “vamos fiscalizar e cobrar mais do que nunca, além de impulsionar a auto-organização do povo para fazer as suas reivindicações e para que Porto Alegre não retroceda”. Com 12 vereadores, o bloco sozinho será capaz de aprovar pedidos para a instauração de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs).

Melo, por sua vez, diz que dialogará com partidos que hoje se posicionam como independentes

na Câmara Municipal e que tratará a oposição com respeito.

“Primeiro, tem que compor uma base. Tem os vereadores que foram eleitos da base, aí tem dois do Novo, três do PSDB e um do PDT. É uma bancada de seis. Além da base, vou conversar com eles. E vou respeitar a oposição, mas é difícil contar com eles”, admitiu durante visita ao Jornal do Comércio logo após a eleição. Em novembro, foi confirmado que o partido Novo deverá integrar a equipe do governo.

Apesar do crescimento dos partidos vinculados ao campo político da esquerda e que compõem a oposição, o controle do Parlamento deverá ficar nas mãos dos partidos de centro e direita. No primeiro ano, a articulação tem favorecido a vereadora Comandante Nádia (PL), vinculada à direita.

Nas outras três gestões que devem ocorrer ao longo da legislatura, a presidência está sendo pretendida principalmente por outros quatro nomes: José Freitas

(Republicanos), Mauro Pinheiro (PP), Moisés Barboza (PSDB) e Tanise Sabino (MDB).

A oposição deve tentar emplacar um candidato na disputa, mas deverá enfrentar dificuldade para obter acordo com a base.

A última vez que um parlamentar vinculado à esquerda presidiu a Câmara de Porto Alegre foi em 2015, quando Mauro Pinheiro ainda era filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) e comandou o Parlamento pela primeira vez.



Cadeiras do Poder Legislativo da Capital vão ser distribuídas entre 13 partidos

### A nova composição por bancadas

**PT** Jonas Reis  
Alexandre Bublitz  
Juliana de Souza  
Aldacir Oliboni  
Natasha

**PSDB** Karen Santos  
Grazi Oliveira  
Pedro Ruas  
Roberto Robaina  
Atena Psol

**PL** Jessé Sangalli  
Comandante Nádia  
Fernanda Barth  
Coronel Ustra

**MDB** Psicóloga Tanise Sabino  
Rafael Fleck  
Professor Vitorino

**Republicanos** Gilvani o Gringo  
José Freitas  
Carlo Carotenuto

**PSDB** Moisés Barboza Maluco do Bem  
Marcelo Bernardi  
Gilson Padeiro

**PP** Mariana Lescano  
Vera Armando  
Mauro Pinheiro

**Podemos** Giovane BYL  
Hamilton Sossmeier

**PCdoB** Erick Dênil  
Giovani Culua e Coletivo

**Novo** Ramiro Rosario  
Tiago Albrecht

**Cidadania23** Marcos Felipi

**CEP** Márcio Bins Ely

**PSD** Claudia Araújo